

O ASTERÓIDE: **UM JORNAL ABOLICIONISTA CACHOEIRANO (1887-1889)***

Jacó dos Santos Souza

Mestre em História Regional e Local pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e
Professor da Rede Municipal de Ensino de Cachoeira
E-mail: jacocachoeira@hotmail.com

Palavras-chave: Imprensa abolicionista. Escravidão. Liberdade. Cachoeira.

Num fim de semana de 1887, na cidade de Cachoeira, foi criado um dos mais atuantes periódicos abolicionistas do interior da província da Bahia. Resultado de um projeto idealizado por indivíduos envolvidos no movimento antiescravista, a gazeta *O Asteróide* atormentou a elite local escravocrata ligada à lavoura açucareira que, naqueles difíceis dias, resistia à abolição do trabalho escravo.¹ O periódico, que se autodeclarava *órgão de propaganda abolicionista* (*O ASTERÓIDE*, 23 set. 1887, p. 1), começou a circular num momento em que a continuidade do cativo era tema central nos debates entre proprietários de escravos, parlamentares, juristas, abolicionistas e “gentes do povo”, todos empenhados na busca de uma solução viável para o que se definia como “elemento servil”.

No Recôncavo baiano, os últimos anos da escravidão foram marcados por embates e tensões, envolvendo escravos, senhores, abolicionistas e a população livre. O sinal dos tempos mostrava para os proprietários ainda resistentes que o controle sobre os cativos estava cada dia mais impraticável. Indignados com ações abolicionistas, muitos senhores se articularam no sentido de conter o crescimento do sentimento antiescravista, sobretudo através da criação de associações que visava garantir interesses da lavoura. Entretanto, os confrontos radicalizaram-se ao longo de 1887 em Cachoeira, ocorrendo instantes de apreensão nas fazendas e na cidade. Os cativos contaram com um movimento abolicionista que atuava através de sociedades, da imprensa, examinando matrículas de escravos, realizando acoitamentos, entre outras ações.

* Este artigo é parte da dissertação de mestrado, defendida pelo Programa de Pós-graduação em História Regional e Local da Universidade do Estado da Bahia/UNEB, intitulada *Vozes da abolição: escravidão e liberdade na imprensa abolicionista cachoeirana (1887-1889)*, sob a orientação do Prof. Dr. Walter Fraga Filho.

¹ BARICKMAN, Bart Jude. Até às vésperas: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo Baiano (1850-1881), *Afro-Ásia*, p. 21-22. Bahia, s. ed., 1998-1999. Este pesquisador notou que os senhores de engenhos das zonas açucareiras do Recôncavo baiano empregaram números significativos de escravos nos trabalhos da lavoura, perto da abolição, apesar do constante declínio da população escrava verificado na segunda metade do século XIX.

Perspectivas de um periódico abolicionista

De publicação bi-semanal, *O Asteróide* era impresso na tipografia de Olympio Pereira da Silva, localizada na Rua de Baixo, sobrado nº 19, centro comercial de Cachoeira. O periódico abolicionista circulou de setembro de 1887 a setembro de 1888, publicando-se, nesse período, noventa e nove exemplares. Em maio de 1889 voltou às ruas com o exemplar de número cem, em comemoração à “lei diamantina de 13 de maio”. Os discursos minuciosos revelam o forte caráter sensacionalista que orientava a linguagem impressa, em geral, impregnada de emoção. O periódico era composto de quatro páginas, sendo que nas primeiras imprimiam-se artigos, matérias e notas com informações gerais sobre o andamento do movimento abolicionista; as últimas páginas eram sempre reservadas aos anúncios de comerciantes e/ou pessoas interessadas em vender produtos e serviços, oferecer trabalho, noticiar passeios, prestar contas, marcar encontro.

O processo de elaboração, publicação e distribuição da gazeta envolvia diversos participantes, que atuavam como redatores, colaboradores, tipógrafos e distribuidores. Poucos foram os colaboradores que assinaram textos publicados no jornal. Entretanto, através de indícios oferecidos pelas fontes, encontramos nomes de alguns daqueles que atuavam como redatores do periódico abolicionista. No grupo responsável pela publicação da folha estavam pessoas de diferentes condições econômicas, sociais, raciais e profissionais como professores, médicos, advogados e comerciantes.² Esses abolicionistas tinham origem em camadas privilegiadas da sociedade cachoeirana e sanfelista, embora nenhum deles tivesse ocupado cargos políticos na localidade.

Os discursos impressos na gazeta abolicionista revelam que os articulistas tinham o explícito interesse de atingir diversos públicos de leitores. Em muitos casos, a linguagem utilizada é direcionada a um grupo específico de pessoas, a exemplo do artigo publicado no segundo exemplar do jornal e dirigido às senhoras cachoeiranas. Em palavras impressas, afirmava:

Se assim é, senhoras, se fostes educadas nestes princípios de moral e de religião, se sois cristãs, deveis saber, senhoras, que se na terra existem esses preconceitos sociais de elevação ou de inferioridade, perante Deus, porém, todos nós somos iguais.

² ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 87, fala da participação de “homens de cor” no movimento abolicionista e cita Manoel Querino, um sujeito com grande inserção social na capital da Bahia, que em seus discursos pelo fim do escravismo destacou a participação do negro na construção do país.

Vós, senhoras, sois cristãs e como tais não ignoreis este sublime preceito ensinado pelo divino Mártir do Golgota: “amai-vos uns aos outros” (O ASTERÓIDE, 27 set. 1887, p. 1).

Sabemos que a alfabetização era limitada para as mulheres baianas, mesmo as de elite, e que elas tiveram um ingresso tardio no processo de escolarização (LEITE, 2005, p. 46-47), no entanto essa realidade não anula a possibilidade desse grupo ter tido acesso ao conteúdo impresso no jornal. Assim sendo, a estratégia dos jornalistas em alcançar o público feminino tinha sentido. Implicitamente, eles demonstravam o poder de persuasão das mulheres, através dos acordos estabelecidos no ambiente doméstico. Por meio de argumentos religiosos e emotivos buscavam chegar aos proprietários de escravos através de suas mães, esposas, irmãs, filhas e afilhadas, como ficou registrado na parte final do texto: “Vós senhoras, que sabeis a linguagem dos anjos, falai a vossos esposos, a vossos pais, a vossos irmãos, a vossos filhos, mostrando-lhes tão grande desumanidade!” (O ASTERÓIDE, 27 set. 1887, p. 1).

Em maior medida, os abolicionistas buscaram atingir o resistente grupo de proprietários de escravos. Os argumentos, palavras e linguagens utilizadas para esse público tinha a intenção de convencê-los a libertar os escravos, mostrando-lhes que a abolição não tardaria a acontecer diante do desgaste que vinha sofrendo a escravidão. O conteúdo dos textos direcionados aos senhores demonstra a forma como os abolicionistas ligados ao periódico defendiam o encaminhamento da abolição. Desejando sensibilizar os setores escravistas, afirmavam que a libertação escrava não causaria transtornos à grande lavoura. Desse modo, rebatiam a ideia predominante de um abandono generalizado das fazendas pelos ex-escravos com o argumento de que estes permaneceriam nos locais de trabalho, após a liberdade, movidos pelo sentimento de gratidão ao seu ex-senhor.

Mas, se em alguns momentos os articulistas dirigiam-se aos senhores na intenção de convencê-los a libertar seus cativos, noutros os discursos voltavam-se para a população escrava sob títulos variados como “aos escravos”, “em poder dos escravos”, “a fuga”, “os escravos devem fugir” e “fujam, fujam, fujam”. Em todos os artigos aparece uma ideia comum: a fuga escrava dos locais de trabalho deveria acontecer, mas sem prejudicar a ordem estabelecida. Isto revela a proposta de abolição perseguida pela folha que tinha como objetivo uma mudança que não prejudicasse a ordem social e econômica. Portanto, o discurso assumido pelos articulistas era que o trabalho nas fazendas não sofreria “desorganização” com a abolição.

Enfim, a partir da leitura dos textos impressos no periódico *O Asteróide*, notamos que a linguagem utilizada sugere que o público leitor era bastante variado. A sugestão dos

articulistas para mudanças nas condições de trabalho pode ter motivado proprietários que, nos primeiros meses de 1888, promoveram alforrias em massa na tentativa desesperada de prender seus ex-escravos pelo sentimento de gratidão e ficarem resguardados das consequências do abandono generalizado dos locais de produção. A quantidade expressiva de exemplares impressos revela que *O Asteróide* teve importante atuação no interior do movimento abolicionista, divulgando ideias antiescravistas, sensibilizando leitores e favorecendo a expansão do sentimento de repúdio ao escravismo.

Cenas do cotidiano escravista

Nas páginas de *O Asteróide* circulavam sistematicamente notas e referências a violências físicas de senhores contra escravos. O comportamento de muitos proprietários, ao agirem de forma “arbitrária”, era denunciado nessa folha que buscava demonstrar a insustentabilidade das relações escravistas, tornando-a, muitas vezes, em caso de polícia. A linguagem usada para retratar o quadro de “horror” nas fazendas ou mesmo no perímetro urbano revela a intenção dos jornalistas em solapar o poderio senhorial, além de servir como estratégia para provocar reações de indignação nos leitores/ouvintes. Ao “pintar” a imagem de um senhor extremamente cruel e violento, a intenção era evidenciar as nefastas consequências da escravidão e, assim, conquistar e/ou ampliar a adesão da sociedade para a causa libertária.

Devidamente selecionados, os títulos das matérias em que se noticiavam os “abusos” escravagistas aparecem sempre de forma destacada e desordenada entre as páginas do jornal. “Barbaridades”, “horror, horror”, “cenas da escravidão” foram alguns dos títulos utilizados pela imprensa para dar publicidade às “crueldades” realizadas por senhores e capitães do mato. As cenas descritas eram recheadas de palavras que buscavam despertar nos leitores indignação pela ação senhorial. Através de determinados termos, os leitores eram levados a comungar das ideias dos articulistas. Autor e leitor eram colocados diante de um inimigo comum – nesse caso, o senhor cruel e desumano. Assim, as investidas dos senhores contra seus cativos eram sempre mostradas como injustificadas e, portanto, inaceitáveis.

Em 10 de março de 1888, o periódico denunciou a violência perpetrada pelo proprietário do escravo Pedro. Na denúncia intitulada “Barbaridade”, foi informado que Pedro fugiu para Cachoeira “tendo o olho direito horrivelmente injetado e quase sem vista, em virtude de lhe ter o seu ‘senhor’ dado-lhe uma paulada sobre esse órgão” (*O ASTERÓIDE*, 10 mar. 1888, p. 2). Em seguida, o articulista registrou que os abolicionistas Henrique Álvares dos Santos e Joaquim Villas-boas apresentaram o cativo à polícia para os procedimentos

necessários. Destacamos neste caso a determinação do escravo Pedro em abandonar o ambiente de trabalho, consciente de que não deveria mais permanecer no cativeiro sob aqueles termos. A participação dos abolicionistas pode ser um indicativo de que Pedro soubesse que podia contar com eles na luta contra o furor do seu senhor.

À medida que dava publicidade ao modo “injusto” como os senhores tratavam seus cativos, o jornal denunciava práticas e abusos contra os escravizados. Possivelmente, muitos senhores da região alimentaram um grande repúdio pelos abolicionistas quando viam seus nomes estampados nas páginas da imprensa local. Entretanto, ao proceder dessa forma o jornal buscava atingir um de seus objetivos políticos que era o da *propaganda*. Era preciso “pintar” um quadro desprezível da escravidão de modo a suscitar grande indignação social e, conseqüentemente, conquistar o maior número possível de pessoas para a causa abolicionista. Assim, a imprensa desempenharia um papel essencial no desgaste da debilitada escravidão e da moral de diversos senhores locais.

Buscando a gratidão dos libertos

Embora se posicionasse, em certos momentos, de forma bastante agressiva, desde setembro de 1887, *O Asteróide* noticiava as libertações como dádiva dos senhores a cativos que deveriam figurar como sujeitos agradecidos. Com grande frequência, apareceu no jornal a expressão “espírito humanitário”, numa referência aos “nobres” e “generosos” sentimentos de senhores e senhoras. Isso revela o projeto de abolição defendido pelo periódico, que perpassava pelo controle dos “bons senhores cachoeiranos”. As libertações eram noticiadas com entusiasmo, tornando-se frequentes durante os meses de março e abril, dando mostras do avanço da propaganda abolicionista, das ações escravas e das notícias que chegavam do Rio de Janeiro de que o projeto de libertação estava em curso na Câmara.

As libertações veiculadas no jornal foram de dois tipos: incondicionais ou gratuitas e condicionais. No primeiro tipo, o proprietário “concedia” a carta de liberdade ao cativo, ressaltando o bom comportamento como requisito indispensável para aquela ação. Dentre muitos, foi o caso noticiado em 07 de fevereiro de 1888. O tenente-coronel Manoel Pires Pedreira, residente na freguesia de Santo Estavam do Jacuípe, alforriou “gratuitamente e sem ônus algum” o escravo de nome Florentino, “pelos bons serviços que lhe prestara o mesmo escravo”. No entanto, notamos que Florentino não estava mais disposto a oferecer “bons serviços” ao capitão Manoel. Dizemos isto pelo fato de o articulista ter registrado que a carta de liberdade havia sido remetida ao abolicionista Pamponet, a fim de este entregar ao escravo

que se encontrava residindo em sua casa, em São Félix, ou seja, era um escravo fugido (O ASTERÓIDE, 07 fev. 1888, p. 1).

No segundo tipo de alforria, o proprietário libertava seu escravo, ficando este obrigado a prestar-lhe serviços por tempo previamente estabelecido. Em geral, eram determinados dois, três ou quatro anos para que o cativo pudesse desfrutar da efetiva liberdade. Essa realidade foi vivenciada pelos escravos Thomaz, João, Benedita e Joaquim, pertencentes ao senhor José Antonio de Souza, lavrador residente no termo de Amargosa. Eles receberam suas cartas de liberdade, mas ficaram submetidos à prestação de dois anos de trabalho (O ASTERÓIDE, 23 mar. 1888, p. 2). É interessante que, neste caso, como no apresentado logo acima, os escravos estavam na povoação de São Félix e, segundo o articulista, sob a proteção do abolicionista Pamponet. Ainda segundo o registro, os cativos “seguiram [...] muito satisfeitos a cumprirem a condição a que se sujeitaram” (O ASTERÓIDE, 23 mar. 1888, p. 2). Se de um lado notamos a estratégia do senhor José em libertar seus cativos e assim fazê-los retornar aos locais de trabalho, por outro percebemos que para os redatores do jornal a liberdade condicional era importante, pois preservava a autoridade senhorial.

Às vésperas do fim do trabalho escravo, as libertações aparecem na gazeta como um caminho pelo qual os senhores poderiam manter a obediência dos ex-escravos mediante à ideia de gratidão e a adoção de contratos de trabalho. Afinal, o que estava em jogo era a estabilidade da produção agrícola local, ameaçada com a agitação social no campo e na cidade. Em matéria veiculada no dia 6 de abril de 1888, dias antes da abolição, foi noticiada a libertação de 300 escravos pertencentes a três grandes lavradores da região, sendo contratados como trabalhadores livres. De acordo com o autor da nota, essa ação era um excelente meio de promover “a paz e a segurança que deve existir nos centros agrícolas” (O ASTERÓIDE, 6 abr. 1888, p. 1). Em seguida, caberia a eles, os abolicionistas, o papel de mediar os conflitos entre senhores e escravos, contribuindo para que os trabalhos nas propriedades não sofressem a temida desorganização.

Os anúncios de liberdades indicam que parte dos abolicionistas ligados à gazeta entendia que a alforria gratuita era o caminho mais viável para estabelecer contratos de trabalho com os libertos. Era uma forma de prendê-los às propriedades pela “dívida de gratidão”. Portanto, uma solução paternalista para evitar fugas e a desorganização dos trabalhos nas fazendas. Dito de outra forma, eles defendiam a permanência dos libertos nos antigos locais de trabalho como requisito indispensável ao sossego das fazendas. Essa asserção fica explicitada no exemplar publicado em 06 de dezembro de 1887, quando, depois de exaltar a atitude do capitão Afonso Pedreira de Cerqueira em libertar os escravos Moisés,

Damásio, Antonio e Manuel, com a obrigação de prestar-lhe serviços por dois anos, o articulista enfatizava: “Estes homens que acabam de sob uma condição gozarem de sua liberdade não poderão jamais odiar ao seu benfeitor porque além dos dias santificados trabalharão para si nas segundas e terças-feiras” (O ASTERÓIDE, 06 dez. 1887, p. 2). Assim, o jornal participava da ideia de que fidelidade ao ex-senhor e “bons serviços” eram atributos necessários para se alcançar a *dádiva* da liberdade.

No entanto, as diferentes notícias sobre as libertações registradas em *O Asteróide* sugerem muito mais que “princípios humanitários”. O jornal pretendia apontar um caminho viável à tensão crescente produzida pelas fugas. Esse comportamento evidencia o projeto abolicionista moderado dos militantes do jornal, moralista e aparentemente humanitário, do seu papel mediador, visando a manutenção da ordem através do trabalho, legitimado por leis, para controle da perigosa vadiagem e para assegurar harmonia às “novas” relações de trabalho. Ao mesmo tempo, revela o procedimento de alguns proprietários locais que buscavam resguardar sua autoridade ante a crescente tensão e expectativas dos cativos. Portanto, não se tratava apenas da pretensa contribuição à nobre causa da emancipação escrava, como queria fazer acreditar o jornal.

Celebrações da “lei diamantina”

Ainda era sábado, 12 de maio de 1888, a abolição não havia sido decretada quando grande número de pessoas percorreu em passeata as ruas da cidade de Cachoeira e da vizinha povoação de São Félix. Movidos pela expectativa da lei que eliminaria definitivamente o trabalho escravo no Brasil, populares entusiasmados ouviam calorosos discursos de abolicionistas, pronunciados das sacadas das residências, intercalados com ovações, vivas, aplausos e foguetes que estalavam no céu. No dia seguinte, após o decreto assinado pela Princesa Regente Isabel, a festa da liberdade tornou-se mais entusiasmada. A imprensa noticiou as celebrações com visível contentamento, mostrando que durante aquela semana a euforia popular pareceu interminável, para desespero de muitos ex-senhores ressentidos.

O Asteróide esteve diretamente envolvido nas celebrações da abolição. Depois do dia 13, páginas inteiras do periódico foram ocupadas com registros da movimentação popular que marcou os primeiros dias da “lei diamantina” na localidade. A gazeta abolicionista, que até aquele momento tinha como proposta “promover a emancipação escrava”, como deixou registrado seus redatores no primeiro exemplar, passou a defender outro programa que consistia na instrução pública daqueles que viveram a experiência da escravidão. Aliás, essa

era uma bandeira levantada pelo periódico antes mesmo de abolido o escravismo, principalmente pelo redator e professor Cincinato Franca, que entendia ser a educação a base para o desenvolvimento da nação.

Segundo a gazeta abolicionista, entre seis e sete mil indivíduos saíram em passeata pelas ruas de Cachoeira e povoação de São Félix, na noite do dia 13 de maio (O ASTERÓIDE, 19 maio 1888, p. 1). José Correia da Silveira e Souza, secretário da *Sociedade Monte Pio dos Artistas Cachoeiranos*, registrou em ata que, naquela mesma noite, uma expressiva quantidade de pessoas, acompanhadas de duas filarmônicas, pararam em frente à sede da Monte Pio onde ouviram um eloquente discurso pronunciado pelo Dr. Pedro Vianna Alvim. Segundo a estimativa do secretário, “mais de oito mil pessoas” estavam naquela manifestação.³ Apesar da disparidade nas avaliações, impressiona a quantidade de pessoas que participaram daqueles eventos e isso, certamente, preocupava autoridades policiais que temiam abalos na debilitada ordem social. Os festejos avolumaram-se, prolongando-se por vários dias e adentrando altas horas da madrugada, afinal “a cidade não estava disposta a se render ao silêncio” (O ASTERÓIDE, 23 maio 1888, p. 2).

Várias agremiações, empunhando seus respectivos estandartes, e grande número de libertos participaram das passeatas ocorridas naquela semana festiva. Os abolicionistas receberam especial atenção da redação de *O Asteróide*. Segundo os articulistas, sempre que o préstito passava em frente da residência de algum abolicionista, das sedes dos clubes ou das tipografias, ouviam-se discursos calorosos que arrancavam lágrimas e vivas da multidão. Nos discursos, a abolição representava o desfecho de uma batalha onde os abolicionistas eram apresentados como os lutadores mais destemidos. Foi isso que expressou o médico Henrique Álvares dos Santos. Ao pronunciar-se da sacada da redação de *O Asteróide*, ele “considerou o ‘Clube Carigé’ e o nosso jornal como baluartes invencíveis ao escravocratismo” (O ASTERÓIDE, 19 maio 1888, p. 2).

Embora negligenciados nos relatos da gazeta, os egressos da escravidão estiveram em grande número nas celebrações. Ao noticiar o caminho percorrido pelo carro ornamentado pelo Clube Carigé, o articulista registrou que “saiu o carro da rua de Baixo, puxado pelo presidente e sócios do Clube, e guarnecido pelo Clube Cana Verde, composto de libertandos em número de trezentos” (O ASTERÓIDE, 23 maio 1888, p. 1). Dias depois, em 27 de maio de 1888, o Clube Cana Verde “mandou rezar na capela dos Remédios desta cidade, uma missa

³ ASMPAC, *Livro de Atas*, 1888. Agradeço ao pesquisador Cacau Nascimento pela indicação da fonte. Ele cita este documento em sua dissertação: NASCIMENTO, Luiz Cláudio Dias do. *Terra de macumbeiros: redes de sociabilidades africanas na formação do candomblé jeje-nagô em Cachoeira e São Félix – Bahia*. 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007, p. 71.

em ações de graça ao Todo Poderoso pela feliz vitória que alcançaram os libertos e os abolicionistas” (O ASTERÓIDE, 31 maio 1888, p. 2). Os libertos tinham em mente estar vivendo um momento importante. O envolvimento nos eventos festivos foi motivado por sonhos e esperanças de mudanças sociais. Eles celebravam um tempo de transformações, afinal essa foi a retórica de muitos discursos proferidos naqueles entusiasmados dias.

Dias depois da abolição, *O Asteróide* passou a ser editado com o subtítulo de *Órgão de instrução e defesa do povo*. Do ponto de vista do periódico, a abolição deveria ser seguida de uma série de reformas sociais, sendo a instrução popular a mais reclamada, pois através dela formar-se-ia cidadãos compromissados com a civilização e progresso da nação. Em outras palavras, não era suficiente promover a emancipação escrava, tornava-se imprescindível “emancipar o espírito das trevas, a inteligência da ignorância (...), inoculando no cérebro dos libertos a instrução, o conhecimento da constituição, do código e amor ao trabalho, a Pátria, a família e a Deus” (O ASTERÓIDE, 12 jun. 1888, p. 2). Desse modo, a instrução defendida pela gazeta não estava limitada ao aprendizado da escrita e leitura, mas tinha uma conotação moral e normatizadora da vida em liberdade. Buscava-se construir o perfil do homem livre apoiado na ideia de sobriedade e devotamento ao trabalho.

A instrução popular figurava nas páginas imprensa como uma das muitas reformas sociais que deveriam acompanhar a abolição da escravidão. Ao tempo em que a redação de *O Asteróide* apresentava-se como grande incentivadora para a promoção da instrução entre aqueles que viveram a experiência da escravidão, criticava o comportamento do governo que, segundo os articulistas, mostrava-se indiferente às demandas do pós-abolição. Foi diante da indiferença governamental no campo educacional que iniciativas foram tomadas por particulares. Além da gazeta, o militante abolicionista professor Cincinato Ricardo da Franca adotou como programa político a instrução dos ex-escravos no pós-abolição.⁴

Considerações finais

A campanha antiescravista na cidade de Cachoeira e na povoação de São Félix teve a imprensa como importante instrumento de propaganda. A gazeta *O Asteróide*, surgida em setembro de 1887, num momento marcado por tensões sociais em torno do encaminhamento

⁴ CONCEIÇÃO, Miguel Luiz da. ‘*O aprendizado da liberdade*’: educação de escravos, libertos e ingênuos na Bahia oitocentista. 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007, p. 130-134, notou a participação do prof. Cincinato Franca em inaugurações de escolas na capital baiana. No ano de 1896, ele fazia parte da diretoria da *Sociedade Treze de Maio*, primeira instituição criada no pós-abolição, em Salvador, com a intenção de promover a instrução dos libertos.

da abolição, desempenhou papel estratégico, uma vez que estimulou o sentimento de aversão ao escravismo através da veiculação de imagens que retratavam cenas de mazelas e injustiças do cativeiro. Nas páginas do periódico, muitas linhas foram escritas para demonstrar que a escravidão era responsável pelo atraso do país em relação às nações ditas “civilizadas”.

Na contra mão do movimento abolicionista estavam os senhores, lutando para cercear as iniciativas escravas pela liberdade e as ações dos “perturbadores” da tranquilidade senhorial, os abolicionistas. Ademais, as histórias analisadas ao longo deste estudo demonstraram que a campanha antiescravista congregou diferentes grupos sociais. Nas páginas da gazeta, o tom do discurso foi mais cauteloso, buscando seus redatores assegurar aos proprietários de escravos que a abolição não causaria transtornos à produção agrícola, atividade econômica importante para a região. Entretanto, a atitude dos ex-escravos era outra, muitos se recusaram a permanecer nos antigos locais de trabalho e reivindicaram direitos de cidadão livre.

Depois da abolição, a redação de *O Asteróide* passou a defender novos projetos de inserção dos ex-escravos, projetos estes articulados com os ideais de progresso e civilização. Buscava-se forjar uma cidade moderna que atendesse aos requisitos do progresso. Entre as muitas reformas sociais defendidas pela redação estava a instrução pública; esta era vista como forma de inserir a população egressa da escravidão na sociedade livre. Não obstante o empenho de alguns, visando o ingresso dos “novos cidadãos” na sociedade livre, a máxima de André Rebouças continua atual, pois as transformações sociais que almejavam no oitocentos “ainda está muito longe, muito longe, nos séculos por vir”.

Fonte

O ASTERÓIDE. Cachoeira, set. 1887/set. 1888.

Referências

ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BARICKMAN, Bart Jude. Até às vésperas: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo Baiano (1850-1881), *Afro-Ásia*, Salvador, n. 21-22, p. 177-238, 1998-1999.

BRITO, Jailton Lima. *A abolição na Bahia: uma história política, 1870–1888*. Salvador: CEB, 2003.

CONCEIÇÃO, Miguel Luiz da. *'O aprendizado da liberdade': educação de escravos, libertos e ingênuos na Bahia oitocentista*. 2007. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

LEITE, Márcia Maria da Silva Barreiros. *Entre a tinta e o papel: memórias de leitoras e escritas femininas (1870-1920)*. Salvador: Quarteto, 2005.

NASCIMENTO, Luiz Cláudio Dias do. *Terra de macumbeiros: redes de sociabilidades africanas na formação do candomblé jeje-nagô em Cachoeira e São Félix – Bahia*. 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.